



Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei: 331/2025.

Processo: 3021/2025.

Autoria: Osvaldo Maturano

Assunto: Dispõe sobre a norma organizacional do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Vila Velha e dá outras providências

I – RELATÓRIO

A tramitação desta matéria teve início em 11/08/2025, sendo encaminhada à Comissão de Justiça e Redação para análise e elaboração de parecer quanto aos seus aspectos Constitucionais e Redacionais.

Conforme determina os ensinamentos constitucionais e infralegais ao apresentar um Projeto de Lei deve vir acompanhado de sua justificativa, desse modo nas palavras do legislador proponente o presente Projeto de Lei tem como justificativa:

A presente proposição tem por finalidade atualizar e consolidar a regulamentação da Controladoria Legislativa da Câmara Municipal de Vila Velha, já existente e institucionalizada no ordenamento interno, conferindo-lhe nova formatação normativa e organizacional. A Controladoria, prevista na legislação anterior, carecia de uma reestruturação que refletisse as necessidades contemporâneas de governança, eficiência e transparência, bem como o alinhamento às melhores práticas adotadas no âmbito do controle interno da administração pública. Assim, a proposta preserva a essência do órgão, mas introduz ajustes de forma e conteúdo, aprimorando procedimentos, redefinindo atribuições e adaptando a estrutura aos novos desafios da gestão pública.

O aperfeiçoamento normativo proposto responde à evolução das demandas institucionais e às orientações dos órgãos de controle externo, que apontam para a importância de um controle interno moderno, ágil e tecnicamente qualificado. A nova redação organiza de forma mais clara e precisa as competências do Chefe de Controle e Transparência, bem como das unidades subordinadas, reforçando a independência funcional e ampliando os mecanismos de fiscalização e auditoria. Tais mudanças não implicam a criação de um novo órgão ou





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

estrutura inédita, mas sim a requalificação da Controladoria, conferindo-lhe uma roupagem normativa mais compatível com o cenário atual.

Outro aspecto relevante é a incorporação de dispositivos que disciplinam de maneira mais detalhada a interação entre a Controladoria e os demais órgãos setoriais da Casa Legislativa, garantindo maior uniformidade na execução dos controles e na padronização de procedimentos. A previsão de incentivos à capacitação técnica dos servidores representa, também, um avanço significativo, ao reconhecer que a efetividade do controle interno está diretamente ligada à qualificação permanente de seus integrantes. Essa abordagem busca fortalecer a capacidade institucional da Controladoria, de modo a assegurar uma atuação mais efetiva e preventiva. Ademais, essa política de qualificação é elemento indispensável para a manutenção da qualidade do controle interno, uma vez que a complexidade da administração pública exige profissionais capacitados para interpretar e aplicar corretamente a legislação e os regulamentos internos.

Por fim, cumpre destacar que a presente proposição respeita os princípios da Lei Complementar nº 95/1998, com clareza e ordenação lógica das matérias, de forma a facilitar sua aplicação e interpretação. Ao aprovar este projeto, o Legislativo municipal reafirma seu compromisso com a transparência, a legalidade e a boa governança, garantindo que a Controladoria Legislativa permaneça como instrumento essencial de fiscalização e de proteção do patrimônio público, adaptada às exigências e aos desafios do presente.

A seguir, analisaremos os requisitos legais do projeto para verificar se há algum vício formal ou material que impeça seu prosseguimento legislativo. Caso não haja, o projeto seguirá seu trâmite conforme o Regimento Interno da Câmara.

II - PARECER DO RELATOR

Inicialmente, ao ser feito uma análise sobre a legalidade e constitucionalidade de um Projeto de Lei Municipal deve ser observado as regras e princípios da Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município de Vila Velha (LOM/VV). A presente análise se inicia com as regras infraconstitucionais, posteriormente adentrando nos ensinamentos constitucionais.





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

Antes, para contribuir com a presente análise a doutrina pátria explana sobre as tipologias das inconstitucionalidades e quando uma matéria incorre em vício, inicialmente ensina André Ramos Tavares:

“A primeira ocorrência recebe a denominação de inconstitucionalidade material, substancial ou intrínseca. A segunda, por seu turno, é denominada inconstitucionalidade formal, ou extrínseca. A nomenclatura intrínseca/extrínseca, como se percebe, toma como critério a própria lei. Assim, se o conteúdo (aspecto intrínseco) não estiver de acordo com o conteúdo constitucional, há inconstitucionalidade material”. Ao contrário, se o conteúdo estiver em coerência com o conteúdo constitucional, mas considerada a lei pela ótica de como se originou, observa-se que houve o desatendimento de condições constitucionais (que fazem parte, evidentemente, do conteúdo da Constituição), há uma inconstitucionalidade de cunho meramente formal, extrínseco ao conteúdo da lei (Tavares, André Ramos Curso de direito constitucional / André Ramos Tavares. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.)

Explica também, Gilmar Mendes:

"A inconstitucionalidade pode ser material, quando o conteúdo da norma fere a Constituição, ou formal, quando há desrespeito ao processo legislativo previsto na Constituição." (Curso de Direito Constitucional, 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2023.)

Além da observância aos requisitos formais e materiais, é fundamental que toda norma respeite os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Nesse sentido, o Art. 37, caput, da Constituição Federal, estabelece que:

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).*

Dito isso, ao analisar as regras previstas na Lei Orgânica Municipal do município de Vila Velha (LOM/VV) é possível notar que a presente proposta está em consonância com a competência legislativa concedida aos Vereadores, não há vício de iniciativa (formal), quando o legislador adentra em matéria que é de competência privativa do chefe de Poder





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

Executivo Municipal, o comando legal que versa sobre a matéria é o art. 34, p.º, I, II, III, da LOMVV, veja:

Art. 34 A iniciativa de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos legais.

Parágrafo Único - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, indireta ou fundacional, bem como regime jurídico de seus servidores, aumento de sua remuneração, vantagens e aposentadoria;

II - organização administrativa do Poder Executivo e matéria orçamentária. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 44/2011)

III - criação de Guarda Municipal e fixação ou modificação de seus efetivos.

Logo, na esfera da análise municipal não há nenhum óbice legal. Superada a análise no plano municipal é necessário analisar-se os ditames da Constituição tanto a Estadual como a Federal.

Nessa linha de raciocínio a Constituição Estadual¹ e Federal² em seus arts. 28, I e 30, I, respectivamente expõem que compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local, encaixando-se perfeitamente com a presente proposta.

Nessa baila, ensina Celso Antônio Bandeira de Melo que:

"O critério para delimitação da competência legislativa municipal é o interesse local. Sempre que um tema for preponderantemente de interesse da municipalidade, cabe ao ente local legislar sobre ele." (Curso de Direito Administrativo, 34ª ed., São Paulo: Malheiros, 2019.)

Diante do exposto, não se identificam vícios formais ou materiais no presente Projeto de Lei, que respeita os princípios da Constituição Federal, Estadual e da Lei Orgânica

¹ **Art. 28.** Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

² **Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

Municipal. Assim, a Comissão de Justiça e Redação manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento regimental da proposta.

III - PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A **Comissão de Justiça e Redação** entende ser o Projeto de Lei nº **331/2025**, *legal e constitucional*, sendo, portanto, favorável ao prosseguimento regimental interno.

Vila Velha/ES, 12 de agosto de 2025.

IVAN CARLINI
Presidente/Relator

DR. HÉRCULES
Membro

DEVACIR RABELO
Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330033003900300031003A00540052004100

Assinado eletronicamente por VEREADOR IVAN CARLINI em 13/08/2025 09:04

Checksum: **8ACE19A2F73724C3923A0F8C8705ABAE9BE96B4E70443B6B2AF0E8557B1A20D1**

Assinado eletronicamente por VEREADOR DOUTOR HÉRCULES em 14/08/2025 17:34

Checksum: **D99E93FE401ADC710F97AE372A06121E314147B5238D9EB2422FFD7C2F0737F8**

Assinado eletronicamente por VEREADOR DEVACIR RABELLO em 19/08/2025 18:42

Checksum: **4036B5775CC3CB0793B5840977811686414C008FD8F2BB576D1F66B9ADD79F78**

